



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

1 — A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

RECIFE, 6 DE JUNHO DE 1964

NA HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DE PERNAMBUCO.

Constitui não sòmente uma satisfação, mas também um estímulo podermos verificar que, decorrido breve espaço de tempo após os angustiosos dias vividos pelos pernambucanos, já é possível reunir homens das mais variadas atividades e condições. Na realidade, homens de empresa e operários, livres de qualquer temor ou ressentimento, aqui se congregam neste agradável convívio com que homenageais o Presidente da República.

O fato é tanto mais expressivo quando, graças a um pernicioso e malévolos incitamento à luta de classes, artificialmente promovido e fomentado pelo próprio Governo do Estado, Pernambuco acaba de sair de um duro período de experiência, que muito custou ao seu erário, à sua economia e também à pobreza de muitos dos seus filhos. Em má hora, instalara-se aqui uma administração que, havendo colocado em plano secundário os graves problemas que assoberbam os vários departamentos da vida do Estado, mostrou-se muito mais empenhada em subverter do que em dar adequada solução àquelas questões. Na realidade fêz-se o arauto de acirrada luta de classes, que mais contribuía para um progressivo empobrecimento, e não oferecia nenhuma perspectiva de melhoria para as duras condições de vida das populações nordestinas. Fomentou-se, inclusive pela omissão, um clima de aberta hostilidade à propriedade privada, que foi abandonada aos azares das disputas demográficas e também aos seus próprios erros, alguns deles seculares. Isso ao mesmo tempo em que se fazia do trabalhador desamparado e iludido mero instrumento dos planos de agitação, fácil-

mente difundidos entre uma população batida por desumanas condições de vida.

O resultado, porém, de semelhante conduta, impatriótica e anticristã, foi o magnífico movimento de opinião, que uniu civis e militares numa esplêndida jornada em defesa da liberdade ameaçada. Resultado que, em verdade, somente surpreendeu aos empresários da subversão, infelizmente cegos às imensas reservas de fé que apoiavam as instituições democráticas.

Mas, se está provado que o problema social e econômico do Brasil não se resolve por aqueles métodos a serviço da subversão, não é menos certo que êle nos desafia na busca de alguma solução capaz de corrigir as desigualdades entre os que têm muito e os que nada possuem.

A própria classe média brasileira tem sido submetida a um progressivo sistema de empobrecimento, que ainda mais agrava os nossos problemas sociais. Em verdade, na medida em que se pretenda reintegrar o Brasil nas suas raízes culturais e históricas, como membro da comunidade dos povos ocidentais, ter-se-á de amparar a classe média, que o exemplo de outras nações mostra ser importante suporte de uma comunidade democrática em harmonioso desenvolvimento. Aliás, não menos importante na estruturação de uma sociedade onde sejam cada vez menores os motivos de atritos e ressentimentos, é o conjunto de medidas, que vão desde o justo salário até ao acesso à educação e à saúde, e destinadas a elevar gradativamente o trabalhador. Quando cuida, por exemplo, do Plano Habitacional ou da Reforma Agrária, diplomas de largo alcance social, não tem o Governo outro objetivo senão o de propiciar a amplos setores da população, sobretudo os menos favorecidos, melhores condições de vida.

Por isso mesmo a orientação traçada para a Reforma Agrária não foi a de promover indiscriminado acesso à terra, que, sem o necessário apoio em providências técnicas e financeiras, seria um instrumento demagógico, e nunca uma oportunidade para a prosperidade do trabalhador. Até porque um exagerado fraccionamento da terra prejudicaria qualquer política destinada a aumentar a produção e a produtividade, como está a reclamar o nosso vertiginoso

crescimento populacional. Se deve ser elemento da justiça social, a Reforma Agrária precisará também atender às exigências de uma crescente produção de alimentos, bem como à criação de perspectiva para novos empregos para a juventude dos campos.

Precisamos encontrar soluções que nos dêem a segurança de estarmos construindo a justiça social sobre bases sólidas, que afastem das populações brasileiras o espectro da miséria, compreensivelmente propícia à disseminação das mais estranhas ideologias. E, para as encontrar, não deveremos perder de vista que a riqueza é, ao mesmo tempo, o fruto do capital empregado, da insubstituível direção a cargo dos empresários e do labor do operário, que nela tem e terá o seu quinhão. Assim, a nova estrutura brasileira deverá assentar na justiça social, em benefício da paz e do bem-estar geral de que nos fala a própria Constituição.

Esta reunião é viva demonstração de que êsses ideais animam tanto ao Govêrno quanto aos homens empenhados na batalha da produção, seja como empresários, seja como operários, ideais que decorrem da consciência nacional, que há muito reclama o efetivo emprêgo de novos processos, que tenham como consequência, inclusive, o desaparecimento dos expedientes da demagogia, do subôrno e de qualquer forma de enriquecimento ilícito ou socialmente injustificável.

Pernambuco não faltaria a essa convocação. Até porque, nestas horas iniciais, a Revolução tem muito a pedir e muito pouco a dar. Mas, para quem conhece o entusiasmo, o garbo com que os pernambucanos sempre se dispuseram a participar de todos os movimentos de redenção nacional, tal motivo, se alguma influência tivesse de exercer, seria certamente no sentido de mais integrar Pernambuco nos ideais e propósitos da Revolução. Fiéis aos sentimentos de liberdade, bem sabeis que a definitiva conquista da emancipação do homem pressupõe a abolição de qualquer jugo econômico. Nem se pode considerar no pleno gôzo dos seus direitos políticos o cidadão ao qual não se assegure um mínimo de requisitos inseparáveis da dignidade humana. Nascestes assim — não é de crer que possais desmentir o vosso passado.

Ao pensamento católico caberá, certamente, tão visado foi êste Estado pela pregação materialista — papel de relêvo no

demonstrar, através dos seus legítimos representantes, que o conceito de dignidade humana é inseparável da idéia de liberdade. Do mesmo modo que lhe tocará, pela voz dos seus sacerdotes, mitigar os excessos dos poderosos, ou orientar os menos favorecidos pela fortuna, mostrando a êstes que a ascensão social não se deverá realizar com o sacrifício da liberdade. Fazendo-o, prestará a Igreja, de presença tão marcante na vida brasileira, assinalado serviço aos ideais da cristandade, que em verdade se confundem com os do Govêrno, nesta fase de recuperação nacional. Na realidade, nada mais queremos do que preservar do melhor modo os valores da nossa civilização, desgraçadamente ameaçada pela avalanche dos ressentimentos, das ambições e do materialismo anticristão. Como vós, acreditamos nos valores imortais de espírito, e não temos dúvida de que, libertada dos equívocos, das opressões e das mentiras, que eram as armas até então cravadas no coração dos pernambucanos, será a vossa terra, como é hoje, uma invencível trincheira, em cujos cimos continuará a tremular a mesma bandeira, que nenhuma outra poderá substituir.

Ao agradecer, pois, esta homenagem, que assinalarei entre as mais gratas dentre as numerosas manifestações com que Pernambuco me tem cativado, quero, ainda uma vez, vos convocar para que, identificados em volta do mesmo ideal de justiça social, possamos construir uma nacionalidade que mereça o reconhecimento das gerações futuras.